

anuário
anuário
anuário
anuário
anuário



puc-rj

XXXIX

1979

ÍNDICE

RELATÓRIO DO ANO LETIVO DE 1979	7
OCORRÊNCIAS 1979	17
DIREÇÃO DA UNIVERSIDADE	33
Assessoria de Comunicação Social	37
Assessoria de Planejamento	38
Serviço de Estatística	39
Núcleo de Sistemas de Informação	43
VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	45
Orçamento Global	50
VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS	51
Pastoral Universitária	53
Ação Comunitária	54
Assistência à Saúde	54
Atividades Artísticas e Culturais	54
Educação Física	55
VICE-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO	57
VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS	59
Atos Normativos	60
Órgãos Colegiados	60
Diretoria de Admissão e Registro	63
Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa	69
Coordenação Central de Atividades de Extensão	83
Divisão de Biblioteca e Documentação	87
Divisão de Intercâmbio e Edições	93
Instituto de Relações Internacionais	99
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CTCH	105
Coordenação Setorial do 1º Ciclo	109
Departamento de Educação	111
Departamento de Filosofia	125
Departamento de Letras	133
Departamento de Artes	149
Departamento de Psicologia	155
Departamento de Teologia	163

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCS	175
Coordenação Setorial do 1º Ciclo	178
Coordenação de Estudos de Problemas Brasileiros	180
Departamento de Ciências Jurídicas	181
Departamento de Comunicação Social	187
Departamento de Administração	191
Departamento de Economia	195
Departamento de Geografia	203
Departamento de História	209
Departamento de Serviço Social	219
Coordenação de Cursos Noturnos	233
Departamento de Sociologia e Política	227
Instituto de Administração e Gerência	235
Núcleo de Estudos Sociais para Habitação e Urbanismo	239
CENTRO TÉCNICO E CIENTÍFICO – CTC	243
Coordenação Setorial do 1º Ciclo	247
Departamento de Engenharia Civil	249
Departamento de Engenharia Elétrica	257
Departamento de Engenharia Industrial	269
Departamento de Engenharia Mecânica	277
Departamento de Ciência dos Materiais e Metalurgia	287
Departamento de Física	297
Departamento de Informática	317
Curso de Formação de Tecnólogos em Processamento de Dados	321
Departamento de Matemática	333
Departamento de Química	343
Rio Datacentro	353
Instituto Tecnológico da Universidade Católica	359
Centro de Estudos em Telecomunicações da Universidade Católica	365
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DE MEDICINA – CCBM	371
Instituto de Odontologia	379
Escola de Enfermagem Luiza de Marillac	387
Relação dos Alunos Diplomados em Graduação em 1979	391
Relação dos Professores em Ordem Alfabética	415

RELATÓRIO DO ANO LETIVO DE 1979

*Pe. João A. Mac Dowell, Reitor
Lido no dia 12 de março de 1980
na cerimônia de abertura dos cursos.*

Ao ensejo do início do ano letivo, é-me grato apresentar aos professores e demais membros da comunidade, reunidos em Assembléia Universitária, o relatório das atividades da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no ano de 1979. Não entendo esta prestação de contas — prevista no Estatuto — como simples enumeração de dados e realizações. A propósito dos acontecimentos que marcaram os últimos meses, gostaria de partilhar com a comunidade universitária numa análise realista minhas observações, preocupações e esperanças.

Os problemas de ordem institucional e econômica polarizaram grande parte da atenção da Universidade durante o ano que passou.

Entre eles incluímos também a construção da auto-estrada Lagoa-Barra no trecho correspondente ao 'campus' da Universidade. Depois de inúmeras marchas e contra-marchas esta questão, fundamental para a vida da Universidade e da própria cidade, encontra solução adequada. A nova administração estadual, já no mês de março, tomou a iniciativa de propor a passagem da estrada a meia-encosta do morro contíguo ao Edifício Cardeal Leme. A direção da Universidade, desejosa de chegar com rapidez à solução de um impasse que vinha se arrastando há tantos anos, aceitou tomar como base de negociação a proposta apresentada, apesar dos sérios inconvenientes da versão original.

Consultados professores, funcionários e alunos, em reuniões realizadas no mês de abril, foi estabelecida como linha de ação a aceitação da proposta do Estado sob as seguintes condições: (1) proteção acústica adequada das salas do Edifício Cardeal Leme, fronteiras ao leito da estrada; (2) medidas especiais para evitar ao máximo o ruído e outras perturbações do funcionamento da Universidade provocadas pela obra; (3) compensação justa dos prejuízos causados à Universidade durante o período de construção e, definitivamente, pela redução de seu 'campus', de preferência através da aquisição do terreno contíguo ao 'campus', de propriedade da CEHAB; (4) concordância dos moradores do Conjunto Habitacional Marquês de S. Vicente com a demolição de um módulo do edifício, prevista no projeto.

Nesta ocasião não se manifestou qualquer preferência pela travessia do centro do 'campus' em trincheira coberta, alternativa sempre rejeitada pela Universidade.

Debateu-se sim a antiga proposta da PUC/RJ favorável à passagem da estrada pelo cimo do morro em questão, ao longo da rua Graça Aranha, contornando o Conjunto Habitacional. Ficou, porém, patente, que a fazer valer tal alternativa — o que parecia de antemão pouco provável, dadas as resistências anteriores — dificilmente se obteriam, do ponto de vista da proteção acústica e de outros fatores, melhores condições que as que se pretendia alcançar na negociação do projeto do Estado. Houve também algumas

vozes — ainda muito isoladas — que chamaram a atenção para o problema ecológico. A redução máxima dos prejuízos ao meio ambiente e a restauração, na medida do possível, da cobertura florestal na faixa atingida pela estrada foram assumidas pela direção da Universidade como uma quinta condição para aceitação do traçado a meia-encosta.

Estas posições foram endossadas, no âmbito de sua competência, pelos órgãos supremos da Universidade, o Conselho Universitário, o Conselho de Desenvolvimento e a Entidade Mantenedora, que delegou ao Reitor os poderes necessários para a solução da questão dentro das premissas traçadas.

Durante os meses seguintes, a Reitoria recebeu e examinou todas as sugestões e críticas apresentadas, direta ou indiretamente, tanto por membros da comunidade universitária como por outras pessoas e entidades. Poucos problemas urbanos ou universitários foram tão abertamente debatidos. A imprensa divulgou as várias etapas da discussão do sistema da proteção acústica e da preservação ecológica, até o consenso final em torno das pistas superpostas em forma de falso túnel. No âmbito interno, a Comissão Técnica designada pelo DCE teve acesso permanente aos estudos à disposição da Reitoria.

A alternativa mais importante ao projeto que foi negociado seria a passagem em trincheira coberta pelo centro do 'campus' ao longo do curso do rio Rainha. Embora os estudos a respeito permaneçam a nível de esboço — a elaboração do projeto final de engenharia seria muito onerosa — os técnicos do DER/RJ e muitos outros engenheiros independentes julgam tal solução mais cara e, do ponto de vista técnico, mais complexa e arriscada do que a construção a meia-encosta. Apoiá-la seria inconseqüente, tanto mais que a proposta é também mais prejudicial à própria Universidade e ao ambiente do seu 'campus'.

Concluídos os estudos após vários meses de intensas negociações, a Reitoria convocou mais uma vez professores, alunos e funcionários. Mostrou como o projeto final atendia a todos os requisitos inicialmente estabelecidos com o concurso da comunidade universitária, justificando também a rejeição de outras alternativas, inviáveis nas circunstâncias concretas.

Foi então assinado a 26 de outubro o Protocolo de Acerto Final entre o Estado do Rio de Janeiro e a Pontifícia Universidade Católica, para a construção da Ligação Lagoa-Barra através da meia-encosta do morro em terreno da Universidade.

Na fase final foi decisiva a participação do Governo Federal, especialmente através dos Ministérios da Fazenda e dos Transportes. Muitas pessoas amigas de dentro e de fora da Universidade contribuíram com sua competência e zelo para o resultado. A todas elas a PUC/RJ manifesta sua profunda gratidão.

O acordo, além de preencher as condições expostas, respeita perfeitamente os interesses legítimos de toda a população.

Impede, com efeito, a especulação imobiliária, seja na área de propriedade da CEHAB, que é cedida à PUC/RJ para utilização exclusivamente universitária, seja no próprio terreno do 'campus', definitivamente fixado na Gávea, seja na encosta, desde a boca do túnel Dois Irmãos até o Conjunto Habitacional. Os moradores deste último manifestaram expressa e repetidamente seu apoio à solução. Quanto aos demais moradores da Gávea, a sua qualidade de vida em nada é afetada pelas características específicas do

projeto adotado.

Ele prevê, por outro lado: (a) proteção acústica completa para os prédios Cardeal Leme e do Rio Datacentro, através da construção de falso túnel de pistas superpostas nos 400m correspondentes ao novo 'campus'; (b) garantias a respeito das perturbações do funcionamento do 'campus' durante o período de construção; (c) cessão à PUC/RJ do terreno contíguo de 21.000m²; (d) redução a 20m de largura da faixa afetada pela construção a meia-encosta e outras medidas destinadas à preservação e restauração da cobertura florestal.

Dentre todas as soluções excogitadas é, sem dúvida, a que apresenta menos inconvenientes de ordem geral e menos prejuízos à Universidade. Igualmente importante é o próprio fato do acordo entre a PUC/RJ e o Estado, superando um impasse, que ameaçava paralisar todo o desenvolvimento da Universidade e provocava transtornos crescentes e quase insuportáveis à população.

Certamente muitas pessoas bem intencionadas, mas mal informadas acerca das verdadeiras características das diversas soluções, deixaram-se impressionar pela repetição contínua e categórica de objeções infundadas contra o projeto e de acusações absurdas contra a direção da Universidade. É lamentável que alguns grupos internos à PUC/RJ tenham procurado instrumentalizar situação tão delicada em detrimento do bem comum e dos legítimos interesses da Universidade.

Agora que o Sr. Ministro da Agricultura, diante da apresentação de novos fatos, houve por bem rever a decisão anterior, é tempo de nos unirmos todos, para que a implementação da solução adotada se faça com a maior rapidez e o menor desgaste possível.

Certamente a construção da estrada a pouco mais de 60m das janelas do Edifício Cardeal Leme virá perturbar as atividades universitárias. Serão tomadas todas as providências cabíveis, quanto ao horário e ao período das obras mais pesadas e quanto aos sistemas de construção, para minorar os efeitos do ruído. Será também designada uma Comissão com a participação de professores, alunos e funcionários para acompanhar os trabalhos. Dependerá, porém, da atitude de compreensão e colaboração da comunidade universitária ultrapassar sem maiores transtornos esta fase.

A solução do problema da ligação Lagoa-Barra e a incorporação ao 'campus' da área contígua de 21.000m² permitem o planejamento a longo prazo da sua ocupação. Para este fim será criado um Grupo de Trabalho de técnicos, que ouvirá também professores, alunos e funcionários, antes de submeter suas conclusões às instâncias decisórias.

Paralelamente ao problema da estrada e mesmo com certa antecedência cronológica sobre aquele, a Universidade foi alvo de outra campanha de acusações, relativas à orientação ideológica de seus cursos.

A direção da PUC/RJ está consciente da dificuldade de conciliar, numa sociedade pluralista como a nossa, as características de uma autêntica Universidade, aberta ao debate de todas as idéias na busca sincera da verdade, com a identidade de uma instituição católica, orientada pelos princípios da fé e da moral cristã. Não que haja qualquer incompatibilidade entre as duas realidades: ser-universidade e ser-católica. A tensão surge em nossos dias pela conjugação de dois fatores: a polarização ideológica que tende a suplantir o espírito universitário e a imprecisão reinante quanto aos limites da fé cristã que corre o

risco de esvair-se em um humanismo nivelador desta ou daquela coloração.

A doutrinação ideológica prevalece, às vezes, sobre a abordagem científica e crítica dos problemas, o diálogo é substituído pela oposição sistemática e pelo encastelamento em posições irredutíveis, orientações pouco compatíveis com a visão cristã do mundo se manifestam em certas áreas. Há certamente grupos interessados em assumir o controle das instituições universitárias em nome de ideologias anti-cristãs de direita ou de esquerda, seja através da infiltração progressiva na área acadêmica, seja através de mudanças institucionais. A PUC/RJ não está imune a estas influências.

Tais fatos, porém, não justificam absolutamente alegações de falta de legítima liberdade do corpo docente ou de tolerância e cumplicidade da direção da Universidade para com a penetração do pensamento marxista nos cursos da Universidade.

A divulgação dessas acusações pela imprensa do norte ao sul do país, a compilação em livro de tais textos, vazados muitas vezes em termos de ataques pessoais, demonstram claramente a intenção de prejudicar a Universidade e enfraquecer a sua atual direção.

Certamente o próprio caráter contraditório das críticas alertou os leitores mais lúcidos para o verdadeiro objetivo da campanha.

Ficou patente também — e este foi o efeito mais positivo de todo esse episódio — a necessidade de defender mais firmemente a independência da Universidade em relação às influências ideológicas, de acordo com as orientações da Igreja, em particular, o documento do episcopado latino-americano reunido em Puebla e os pronunciamentos do Papa João Paulo II.

Para tanto faz-se mister definir com toda a clareza o núcleo institucional da Universidade, enquanto católica, e preservar coerentemente a sua identidade.

No momento em que se reacende no país o debate sobre a escola particular, sobretudo no âmbito do ensino superior, é fundamental que a Universidade Católica justifique pelo relevo de sua peculiaridade a sua razão de ser. Particular, enquanto exprime uma determinada tradição cultural, vigente na sociedade, e associa aqueles que aceitam ou respeitam um conjunto de valores básicos — no caso os valores cristãos. A Universidade Católica é pública pela universalidade do serviço que presta à população, sem qualquer finalidade lucrativa.

É requisito da democracia numa sociedade pluralista, como a nossa, a livre associação dos cidadãos em entidades políticas, profissionais, culturais e educativas, que representem toda a gama das opiniões e dos interesses em jogo. Qualquer atentado à escola particular, realmente imbuída de sua missão educadora, significaria séria ameaça à liberdade e ao desenvolvimento do país.

Neste contexto deve ser situado também o problema da participação da comunidade universitária na definição dos rumos da instituição. Além dos canais regimentais, a participação foi estimulada em 1979 sobretudo através de reuniões de cada Centro, com a duração média de dois dias, onde um grupo significativo de diretores, professores e alunos em conjunto com a Reitoria estudou a política acadêmica da respectiva área. Como enfatiza ainda recentemente o já mencionado documento de Puebla, a participação constitui nota essencial da comunidade inspirada pela fé cristã. Entretanto, como assinala o mesmo documento, ela tem a um tempo como condição e como fim a comunhão. Em

termos de Universidade Católica, a comunhão se traduz pela aceitação da estrutura básica da instituição, pela adesão a um conjunto de objetivos e aos princípios que regem a convivência universitária e pela disposição ao diálogo objetivo.

Dentro de tais parâmetros abre-se, tanto para os membros da comunidade como para as associações que os congregam, amplo campo de participação na vida da Universidade. Aprioris políticos e ideológicos têm perturbado freqüentemente tal colaboração sempre desejada pela Reitoria.

A adaptação do Estatuto da Universidade às determinações resultantes da revisão governamental da legislação referente às associações estudantis será levada a cabo com a participação efetiva de tais associações. Outro fato novo neste campo é a proposta de desmembramento de vários Diretórios até o nível de Departamentos. A regularização de tal situação dar-se-á na mesma oportunidade. Para gozarem dos direitos de representação as entidades estudantis deverão comprometer-se com as normas gerais e estatutárias que regulamentam as atividades dos participantes da comunidade universitária.

Os funcionários técnicos e administrativos não possuíam representação específica junto à direção da Universidade. Os passos dados neste sentido durante o ano prometem preencher esta lacuna, embora o sistema atualmente em experiência deva ser reexaminado antes da institucionalização definitiva.

A circulação da informação entre os membros da comunidade favorece a participação conveniente. É assim que o informativo semanal PUC-NOTÍCIAS a partir do nº 89, de 17 de julho, saiu em forma de tablóide, impresso em off-set, com a tiragem de 8 mil exemplares distribuídos gratuitamente dentro e fora da PUC/RJ. O custo é pago, ainda que não inteiramente até agora, pela publicidade.

O ano trouxe profundas alterações na política salarial da Universidade. Pela primeira vez o reajuste anual dos vencimentos, tanto dos funcionários como do corpo docente, foi negociado a nível de toda a categoria. O acordo coletivo, no caso dos primeiros, e o dissídio coletivo, para o corpo docente, implicaram, em alguns casos, em aumentos superiores aos concedidos espontaneamente no início do ano.

Embora justificáveis, em função dos índices reais de inflação dos últimos anos, tais reajustes, acima de previsão orçamentária, repercutiram negativamente na situação financeira, já delicada, da Universidade.

O próprio processo de negociação — sobretudo no caso do corpo docente — traz no seu bojo sérias consequências para o futuro da comunidade universitária. A Universidade não pode ser considerada como uma empresa, na qual direção e professores se relacionem como o empregador face ao empregado, movidos ambos por interesses opostos. A prevalecer, tal tipo de relacionamento virá destruir o autêntico espírito universitário. Além disso, o regime de trabalho, as atribuições, a situação em relação à Universidade e à sua direção e a mentalidade do corpo docente da PUC/RJ diferem, as mais das vezes, do que se observa em outras instituições de ensino superior. Na negociação coletiva corre-se o risco de aplicar fórmulas idênticas a situações radicalmente diversas, acabando por prejudicar ambas as partes. A experiência adquirida e o maior conhecimento da legislação deverão contribuir para a descoberta de soluções, que, protegendo os legítimos interesses dos professores, evitem os inconvenientes apontados.

O reajuste de 22% a partir de 1º de novembro, aplicado tanto aos professores como aos funcionários técnicos e administrativos, veio perturbar definitivamente o equilíbrio da execução orçamentária. Para 1980, vigorarão os aumentos semestrais, de acordo com o INPC, elevando em 71,9% em março o salário dos funcionários e em cerca de 76% em abril o dos professores. Para os primeiros já se deu uma antecipação de 62,5% a partir de janeiro, donde resulta média anual equivalente à do corpo docente.

Estes valores condicionam o reajuste das anuidades escolares do primeiro semestre de 1980. Aplicando a fórmula autorizada pelo MEC, obtém-se um aumento automático de 63,8% sobre o ano anterior, que será o efetivamente adotado pela PUC/RJ.

Tendo em vista que o índice de inflação no ano de 1979 foi de 77,2%, o reajuste de 63,8% significa uma perda real do valor da anuidade. Na realidade, os alunos pagarão menos em 1980 do que no ano anterior. Para aqueles que mesmo assim experimentam dificuldades em arcar integralmente com o pagamento dos estudos, a Universidade oferece bolsas e auxílios.

A defasagem entre o reajuste das anuidades e o dos salários, que vem ocorrendo em anos sucessivos, provoca um déficit preocupante. Para fazer face a situação econômica tão grave a Universidade está pleiteando recursos adicionais do Ministério da Educação e Cultura, além de buscar outras fontes de receita através de novas prestações de serviços. É possível que se deva proceder a novos cortes de despesa, embora a previsão orçamentária tenha sido elaborada com extrema austeridade.

Com a participação proeminente da PUC/RJ, as Universidades Católicas obtiveram do MEC a elaboração de um programa — o PRAPES — que prevê uma dotação cerca de 5 vezes superior à atual para o conjunto das instituições particulares qualificadas.

Caso seja aprovado pela Presidência da República será encaminhado, através de mensagem do executivo ao Congresso, a fim de que se transforme em lei. Há esperanças de que o programa seja aprovado e comece a ser executado ainda em 1980, trazendo um efetivo desafogo à situação econômica da Universidade.

Outra fonte de preocupação neste sentido é a dívida externa, contraída em 1974 e já em período de amortização. As negociações com a Caixa Econômica Federal para obtenção de um empréstimo com novo prazo de carência, para saldar o primeiro, têm-se arrastado inexplicavelmente além da expectativa. As reservas que a Universidade tinha acumulado, suficientes para fazer face a seus compromissos, pelo menos até o fim de 1980, foram parcialmente consumidas em função dos novos encargos salariais acima mencionados. A maxidesvalorização do cruzeiro, em dezembro último, acarretou um prejuízo de cerca de Cr\$ 30 milhões. O processo está no momento à espera de uma decisão final. Caso o empréstimo de Cr\$ 180 milhões não seja aprovado até maio, data do vencimento da nova parcela, a situação se tornará extremamente crítica.

As dificuldades econômicas que atravessa o país provocaram um retrocesso na solução de outro problema urgente da Universidade, a ampliação de seu espaço construído. O processo para obtenção de tais recursos que se encontrava em junho nas mãos do então Ministro do Planejamento, com perspectivas bastante favoráveis, deverá ser novamente reativado.

Embora de proporções mais modestas, cerca de um milhão de marcos, e com destinação específica, a construção de um centro comunitário e pastoral, o auxílio que se está pleiteando da Fundação Adveniat, da Igreja da Alemanha, chegará no momento exato.

A crise financeira, provocada pela progressiva redução dos auxílios do Ministério da Educação, atinge todas as Universidades Católicas e de um modo geral as instituições particulares de ensino superior.

A menos que se estabeleça uma fórmula estável de subvenções substanciais do poder público, elas não poderão subsistir a médio prazo. Também o financiamento direto do estudante exige soluções mais amplas e flexíveis do que o atual Crédito Educativo, de modo a permitir a todos os candidatos capazes o acesso aos estudos superiores, independentemente de sua condição econômica.

É verdade que a PUC/RJ vem recebendo da FINEP, ano após ano, um considerável apoio, que permitiu ao Centro Técnico Científico e ao Departamento de Economia alcançar o desenvolvimento que os coloca numa posição ímpar entre os congêneres no país. A rentabilidade desses investimentos, em termos de qualidade, constitui uma garantia de sua continuidade. Neste último ano, programas de pesquisa mais limitados começaram a ser financiados pela FINEP nos Departamentos de Sociologia e Política, História e Educação. Os trabalhos em andamento sobre diversos aspectos do sistema médico brasileiro e sobre as instituições paramilitares da independência até a revolução de 30 deverão trazer uma contribuição significativa à compreensão da realidade nacional.

Outras agências e empresas estatais deram a sua contribuição para a pesquisa universitária. Prescindindo da CAPES e do CNPq com seus programas tradicionais de bolsas e auxílios, para todas as áreas, os recursos se destinam sobretudo à área tecnológica e econômica. A TELEBRÁS vem financiando anos a fio as importantes pesquisas sobre antenas, microondas e sistemas de satélites. O programa de Mestrado em Economia vem sendo apoiado também pelo IPEA e pela Fundação Ford. Vários Departamentos do CTC beneficiam-se de Convênios com a CNEN. A ELETROBRÁS, através da CONSULPUC, promoveu o desenvolvimento de inversores de potência de 20 KVA e 40 KVA com tecnologia própria e a construção de um protótipo de SAVONIUS, para geração de energia elétrica pela força dos ventos. O levantamento do potencial eólico do litoral nordestino esteve a cargo do Departamento de Geografia. No momento ele se lança num projeto mais ambicioso que cobrirá todo o território nacional. A contribuição da Universidade na busca de fontes alternativas de energia, face à escassez do petróleo, deverá crescer em 1980.

Na área artístico-cultural, a FUNARTE apoiou, pela segunda vez, um programa de atividades — concertos, exposições, concursos — que se estende através do ano inteiro. A restauração do solar Grandjean de Montigny a cargo do IPHAN, com a colaboração da Fundação Roberto Marinho, deverá estar em breve concluída. Nele será instalado um Centro de Documentação Artística, destinado a cultivar criativamente a memória artística nacional. O projeto Portinari, iniciativa feliz de seu filho, professor do Departamento de Matemática, com o patrocínio da PUC/RJ e apoio financeiro da FINEP, pretende numa primeira fase identificar e catalogar rigorosamente a imensa produção do notável pintor.

A revisão de sua política de pesquisas por parte do BNH, levou o banco à suspensão provisória dos contratos de financiamento. Com isso, o NEURB – Núcleo de Estudos Sociais para Habitação e Urbanismo – que dependia quase exclusivamente de tais recursos, teve que encerrar as suas atividades. Dada a importância do setor, tanto sob o aspecto econômico como social, a Universidade pretende reativar o órgão tão logo seja possível.

Em compensação foi constituído o Instituto de Relações Internacionais, IRI, ampliando o campo de atuação do antigo IRICO – Instituto de Relações Internacionais e Direito Comparado – que desligado agora do Departamento de Ciências Jurídicas, recebeu nova estrutura institucional. São promissoras as perspectivas de trabalho interdisciplinar que o Instituto oferece ao Centro de Ciências Sociais, em colaboração com outras instituições dedicadas ao estudo de problemas internacionais e latino-americanos.

De acordo com a política de consolidar as áreas acadêmicas já existentes, mais do que expandir e multiplicar, foi aberto o programa de doutoramento em Engenharia Mecânica, coroamento das atividades do Departamento.

As comemorações dos 25 anos da Escola Médica de Pós-Graduação e do Instituto de Odontologia revelaram a pujança acadêmica destes setores. Eles carecem, entretanto, de maior institucionalização, o que está se processando sob a nova direção do Centro de Ciências Biológicas e de Medicina.

O total de vagas oferecidas pela Universidade, a nível de graduação, permanece invariável desde 1975. Entretanto a experiência do Concurso Vestibular próprio, com insistência nos pontos básicos de cada matéria e com a utilização predominante de questões discursivas, trouxe sensível melhora na qualidade dos candidatos aprovados.

A crescente demanda dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária e o reconhecido valor da grande maioria dos que aqui estudaram comprovam a seriedade da formação proporcionada pela PUC/RJ.

Sete mil trezentos e nove alunos matricularam-se nos cursos de graduação e 1088 em programas de mestrado e doutorado. Outros 875 estudantes participaram de cursos de especialização com um ou dois anos de duração. Os cursos de extensão atingiram 3587 pessoas. Ao todo 12.852 alunos frequentaram a PUC/RJ em 1979.

Mil e oitenta e nove alunos receberam o diploma de graduação e 224 o título de mestre ou doutor. Este número, confrontado com as cerca de mil matrículas em pós-graduação, é absolutamente excepcional para padrões brasileiros. Aproximadamente 60% dos que ingressam nos programas concluem sua tese.

Os relatórios dos Departamentos enumeram os estudos desenvolvidos em cada área, os trabalhos publicados, a participação de professores em seminários e congressos, o detalhamento, enfim, da contribuição que a PUC/RJ vem prestando anualmente à sociedade brasileira.

Dignos de realce são ainda os encontros de âmbito nacional e internacional promovidos pela PUC/RJ ou realizados em seu 'campus'. Mencionamos o Seminário sobre "Crescimento Urbano do Grande Rio", o Simpósio de Topologia, a Conferência Internacional sobre o sistema de minidesvalorizações cambiais, o IV Encontro Nacional de Linguística, o IV Simpósio Nacional de Ensino da Física e o Seminário Nacional sobre "O Vestibular: dilemas do acesso ao ensino superior no Brasil".

Não obstante as dificuldades resultantes da situação financeira, a atividade acadêmica da Universidade continuou a desenvolver-se em direção ao ensino de excelência e à investigação científica fecunda e voltada para os magnos problemas de nossa realidade.

Há evidentemente metas a serem alcançadas em relação à qualificação do corpo docente, ao desempenho de suas tarefas, ao acompanhamento mais personalizado dos alunos, à organização acadêmica, às instalações físicas, etc.

Fundamental, porém, para a Universidade é que a preparação científica e profissional seja acompanhada da formação global da personalidade, de acordo com os autênticos valores morais. As aulas de Cultura Religiosa – cujo programa foi recentemente reformulado em função de maior adequação às necessidades do aluno – oferecem a oportunidade de reflexão sobre o sentido da existência, à luz da razão e da fé cristã.

Para o desenvolvimento da responsabilidade social faz-se mister, porém, o contato com a realidade dos menos favorecidos em termos de serviço gratuito.

Estimulados pela Vice-Reitoria Acadêmica e orientados, em geral, por professores, muitos estudantes de Psicologia, Educação, Sociologia, Engenharia e outros cursos se colocaram a serviço do povo no morro dos Cabritos e de Santa Marta, em Barros Filho, em Acari e outras favelas, através de levantamentos topográficos, planejamento e construção de casas, levantamento de dados sócio-econômicos, ensino de crianças e adultos, organização do lazer de adolescentes, etc. O idealismo destes rapazes e moças constitui mais um sinal de esperança, a prova de que pode a juventude universitária, quando autenticamente motivada. A Universidade pretende continuar a incentivar tais experiências, em particular através da constituição de uma Coordenação Central de Estágios.

Se 1979 foi marcado pelo despertar de uma nova mentalidade social entre muitos alunos e professores, o ano que agora inauguramos, sem deixar de aprofundar as conquistas anteriores, deverá ter como lema a busca de um consenso crescente à base da convivência cordial e da adesão aos princípios que norteiam a vida da Universidade Católica.

Neste espírito a PUC/RJ será capaz de superar os obstáculos que defronta e, muito mais, avançar a largos passos na realização de sua missão científica, cultural e educativa.

Ao convidar os membros da comunidade universitária e todos os nossos amigos a colaborarem nesta tarefa, estamos certos de encontrar a acolhida generosa de todos aqueles que acreditam no saber e na virtude, que aspiram por um mundo mais justo e mais fraterno.

Que o Deus da verdade, da justiça e da paz nos ilumine e nos dirija durante todos os dias do novo ano letivo.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA

1 - MATRÍCULA - 1º semestre 1979

	Graduação	Pós-Graduação Mest. e Dout.	Especialização	Extensão e Atualização
Coordenação de Extensão				285
Vice-Reitoria Comunitária				7
				10
Total				302
C. Teologia e Ciências Humanas				
1º Ciclo	574			
Dep. Artes	253			288
Dep. Educação	205	102		
Dep. Filosofia	78	51		
Dep. Letras	396	111		125
Dep. Psicologia	370	81		45
Dep. Teologia	81	22		
Total do CTCH	1957	367		458
C. Ciências Sociais				
1º Ciclo	1121			
Dep. Administração	248	44	44	
Dep. Ciências Jurídicas	568	88		137
Dep. Comunicação Social	503			30
Dep. Economia	258	29		
Dep. Geografia	61			
Dep. História	161			11
Dep. Serviço Social	83	62		12
Dep. Sociologia	127			
Inst. de Adm. e Gerência			53	408
Total do CCS	3130	223	97	598
C. Técnico Científico				
1º Ciclo	1212			
Dep. Eng. Civil	274	84		
Dep. Eng. Elétrica	315	84		
Dep. Eng. Industrial		71		
Dep. Eng. Mecânica	186	34		
Dep. Eng. Metalúrgica	109	24		
Dep. Física	41	49	2	
Dep. Informática	406	118		313
Dep. Matemática	16	34	1	
Dep. Química	67	52	1	
CETUC				9
Total do CTC	2626	550	4	322
C. Ciências Biol. e de Med.				
Esc. de Enfermagem				
"Luiza Marillac"	208			
Esc. Médica de Pós-Grad.		94	507	
Instituto de Odontologia			178	
Total do CCBM	208	94	685	
TOTAIS PARCIAIS	7921	1234	787	1680
TOTAL GERAL DA PUC/RJ				11622

Fontes: DAR, 2a. listagem de maio de 1979; Coordenações e Departamentos.

2º semestre de 1979

	Graduação	Pós-Graduação Mest. e Dout.	Especialização	Extensão e Atualização
Coordenação de Extensão				280
Outros				75
Total				355
C. Teologia e Ciências Humanas				
1º Ciclo	451			
Dep. Artes	280			150
Dep. Educação	208	94		20
Dep. Filosofia	68	37		
Dep. Letras	375	109		378
Dep. Psicologia	382	67	16	46
Dep. Teologia	81	22		
Total do CTCH	1845	329	16	594
C. Ciências Sociais				
1º Ciclo	1008			
Dep. Administração	275	35	39	
Dep. Ciências Jurídicas	605	77		151
Dep. Comunicação Social	526			20
Dep. Economia	299	25		
Dep. Geografia	63			
Dep. História	180		12	
Dep. Serviço Social	92	47		
Dep. Sociologia	126			9
Inst. de Adm. e Gerência			35	194
Total do CCS	3174	184	86	374
C. Técnico Científico				
1º Ciclo	961			
Dep. Eng. Civil	283	67		52
Dep. Eng. Elétrica	285	84		22
Dep. Eng. Industrial		49		61
Dep. Eng. Mecânica	211	32		19
Dep. Eng. Metalúrgica	89	24		
Dep. Física	40	51	1	
Dep. Informática	435	112		383
Dep. Matemática	14	29	2	
Dep. Química	55	44	1	
CETUC			10	16
Total do CTC	2073	492	14	553
C. Ciências Biol. e de Med.				
Esc. de Enfermagem				
“Luiza Marillac”	217			
Esc. Médica de Pós-Graduação		83	582	31
Instituto de Odontologia			177	
Total do CCBM	217	83	759	31
TOTAIS PARCIAIS	7309	1088	875	1907
TOTAL GERAL DA PUC/RJ				11179

ATENÇÃO: o 2º semestre é também considerado como TOTAL DO ANO. Só os cursos de Extensão podem ser somados ao 1º semestre.

3 – DADOS NUMÉRICOS

3.1 – Alunos matriculados em Graduação e Pós-Graduação, a partir do 1^o semestre de 1972.

	72.1	72.2	73.1	73.2	74.1	74.2	75.1	75.2
GRAD.	5147	5297	5591	5785	6010	6113	6263	6478
P.G.	971	917	1080	963	1049	931	962	897
TOTAL	6118	6214	6671	6748	7059	7044	7225	7375

	76.1	76.2	77.1	77.2	78.1	78.2	79.1	79.2
GRAD.	6500	6672	7149	7035	7391	7196	7713	7392
P.G.	964	891	1053	995	1081	1092	1188	1069
TOTAL	7464	7563	8202	8030	8472	8288	8901	8461

3.5 – Diplomas de Pós-Graduação emitidos em 1979.

DEPARTAMENTO	MESTRADO	DOUTORADO
EDU	34	
FIL	9	
LET	28	
PSI	12	
Total do CTCH	83	
JUR	6	
SER	21	
Total do CCS	27	
CIV	10	
ELE	14	
FIS	3	2
IND	4	
INF	35	
MAT	6	
MEC	8	
MET	4	
QUI	5	
Total do CTC	89	2
Cardiologia	4	
Endocrinologia	7	
Gastrenterologia	2	
Otorrinolaringologia	2	
Total do CCBM	15	
TOTAL PUC	214	2

MATRÍCULA GLOBAL 79.1

PRO- GRA- MA	CURSANDO DISCIPLINAS		DISCIPLINAS E TESES		SÓ TESES		TOTAL	
	M	D	M	D	M	D	M	D
EDU	36	09	27	—	33	—	96	09
FIL	24	—	05	—	20	—	49	—
LET	55	12	—	01	48	02	103	15
PSI	28	—	21	—	34	—	83	—
TEO	15	—	01	—	11	—	27	—
CTCH	158	21	54	01	146	02	358	24
ADM	51	—	27	—	10	—	88	—
ECO	26	—	—	—	—	—	26	—
JUR	19	—	17	—	45	—	81	—
SER	33	—	—	—	33	—	66	—
CCS	129	—	44	—	88	—	261	—
FIS	20	—	09	12	—	04	29	16
INF	64	05	12	02	28	05	104	12
MAT	13	12	01	01	03	02	17	15
QUI	12	—	07	02	16	10	35	12
CIV	25	—	13	—	46	—	84	—
ELE	40	—	08	—	31	—	79	—
MEC	14	—	05	—	13	—	32	—
MET	08	—	11	—	11	—	30	—
IND	25	—	13	—	25	—	63	—
CTC	221	17	79	17	173	21	473	55
CAR	05	—	08	—	07	—	20	—
END	22	—	10	—	13	—	45	—
GAS	20	—	10	—	09	—	39	—
OTO	05	—	05	—	04	—	14	—
CCBM	52	—	33	—	33	—	118	—
TOTAL-1	560	38	210	18	440	23	1210	79
TOTAL2	598		228		463		1289	

Fonte: Relatório à CAPES

MATRÍCULA GLOBAL 79.2

PROGRAMA	M. e D.	ESP.	TOTAL
EDUCAÇÃO	94	—	94
FILOSOFIA	37	—	37
LETRAS	109	—	109
PSICOLOGIA	67	—	67
TEOLOGIA	21	—	21
CTCH	328	—	328
ADMINISTRAÇÃO	35	39	74
ECONOMIA	25	—	25
JURÍDICA	77	—	77
SERV. SOCIAL	47	—	47
CCS	184	39	223
FÍSICA	49	03	52
INFORMÁTICA	112	—	112
MATEMÁTICA	29	02	31
QUÍMICA	44	01	45
CIVIL	67	—	67
ELÉTRICA	84	—	84
MECÂNICA	32	—	32
METALURGIA	24	—	24
INDUSTRIAL	49	—	49
CTC	490	06	496
CARDIOLOGIA	10	10	20
ENDOCRINOLOGIA	20	25	45
GASTROENTEROLOGIA	13	34	47
OROTORRINOLARIN.	07	07	14
CCBM	50	76	126
TOTAL	1052	121	1173

Fonte: Cadastro do DAR de 13/09/79 e CCBM

OBS: Os números do CCBM estão sujeitos a revisão

ALUNOS NOVOS DE PÓS-GRADUAÇÃO INGRESSADOS 79.2

MESTRADO E DOUTORADO

PROGRAMA	NÚMERO
EDUCAÇÃO	—
FILOSOFIA	05
LETRAS	04
PSICOLOGIA	—
TEOLOGIA	01
CTCH	10
ADMINISTRAÇÃO	02
ECONOMIA	—
JURÍDICAS	04
SERVIÇO SOCIAL	—
CCS	06
FÍSICA	12
INFORMÁTICA	17
MATEMÁTICA	02
QUÍMICA	02
ENG. CIVIL	03
ENG. ELÉTRICA	11
ENG. MECÂNICA	05
ENG. METALÚRGICA	—
ENG. INDUSTRIAL	01
CTC	53
CARDIOLOGIA	—
ENDOCRINOLOGIA	—
GASTROENTEROLOGIA	—
OTORRINOLARINGOLOGIA	—
CCBM	—
TOTAL	69

Fonte: Cadastro DAR de 13/09/79